

MARIA TEREZA FONSECA DIAS
Coordenadora

Prefácio
Maurício Zockun

LEI DE DIRETRIZES NACIONAIS PARA O SANEAMENTO BÁSICO

Reflexões acerca das alterações introduzidas
pela Lei nº 14.026/2020

Belo Horizonte

FÒRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2023

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paulucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Museetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

D5411	Dias, Maria Tereza Fonseca Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico: reflexões acerca das alterações introduzidas pela Lei nº 14.026/2020 / Maria Tereza Fonseca Dias. - Belo Horizonte : Fórum, 2023. 286 p. ; 14,5cm x 21,5cm. ISBN: 978-65-5518-528-7 1. Direito. 2. Saneamento básico. 3. Lei nº 14.026/2020. 4. Parcerias público-privadas. 5. Concessões. 6. Contratação pública. 7. Regulação. 8. Federalismo. 9. Limpeza urbana. 10. Licitação. 11. Outorga onerosa. I. Título.	CDD: 340 CDU: 34
2023-717		

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

DIAS, Maria Tereza Fonseca. *Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico: reflexões acerca das alterações introduzidas pela Lei nº 14.026/2020*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 286 p. ISBN 978-65-5518-528-7.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Maurício Zockun	11
------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

Maria Tereza Fonseca Dias	15
----------------------------------------	----

DESAFIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO NOVO MARCO
REGULATÓRIO DO SANEAMENTO BÁSICO: REGULAÇÃO,
TITULARIDADE, REGIONALIZAÇÃO, ATUAÇÃO DO SETOR
PRIVADO E O FUTURO DAS CESBS

Maria Tereza Fonseca Dias	19
1 Introdução	19
2 Regulação dos serviços: o protagonismo e as novas atribuições da ANA	23
3 Titularidade e regionalização.....	26
4 Novos papéis do setor privado em saneamento	30
5 O futuro das CESBs	32
6 Considerações finais.....	34
Referências	35

OS FUNDAMENTOS E OS EFEITOS DO RECONHECIMENTO DO
DIREITO À ÁGUA E AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO: UMA VISÃO
DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS
GERAIS

Amael Notini Moreira Bahia	39
1 Introdução	39
2 Desenvolvimento internacional do direito à água e ao esgotamento sanitário	40
3 O Direito à água e ao esgotamento sanitário no Brasil	43
4 O TJMG e o direito humano à água e ao esgotamento sanitário	49
4.1 Os fundamentos do reconhecimento do direito à água e ao esgotamento sanitário pelo TJMG.....	49

4.2	Os efeitos do reconhecimento do direito à água e ao esgotamento sanitário	54
5	Conclusão.....	60
	Referências	61
	ANEXO 1 – Grade de decisões do TJMG acerca do direito à água e ao esgotamento sanitário	64

SANEAMENTO BÁSICO E OS *IMPACT BONDS*: A UTILIZAÇÃO DE NOVAS FORMAS DE PARCERIAS DE IMPACTO SOCIAL ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O SETOR PRIVADO

Bruna de Paula Ferreira Costa	77
1 Introdução.....	77
2 O panorama do saneamento básico no Brasil.....	79
3 As parcerias público-privadas e os <i>Impact Bonds</i>	83
4 <i>Impact Bonds</i> no saneamento básico	89
4.1 O caso do Camboja (<i>Cambodia Rural Sanitation Development Impact Bond</i>)	89
4.2 O caso de Columbia (<i>DC Water Environmental Bond</i>)	91
5 Considerações finais.....	93
Referências	94

O QUE SE DEVE ESPERAR DA RELAÇÃO ENTRE A ANA E O TCU NO NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO? UMA ANÁLISE DO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES DO REGULADOR E DO CONTROLADOR À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Bianca Rocha Barbosa	99
1 Introdução.....	99
2 O papel da ANA no Novo Marco Legal do Saneamento Básico	102
3 A coexistência harmônica das esferas regulatória e controladora à luz da jurisprudência do TCU.....	106
3.1 Atuação do TCU como fiscalizador de segunda ordem	108
3.2 Deferência ao espaço de discricionariedade das agências reguladoras	109
3.3 Controle das atividades finalísticas das agências reguladoras...	111
3.4 Contornos gerais do entendimento do TCU.....	113
4 O que se deve esperar da relação entre a ANA e o TCU no setor de saneamento?	114
5 Considerações finais.....	118
Referências	119

ANEXO – Acórdãos do TCU analisados neste capítulo e seus respectivos enunciados.....	124
REESTATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO AO REDOR DO MUNDO: O BRASIL ESTÁ NA CONTRAMÃO?	
Ivanice Milagres Presot Paschoalini.....	129
Introdução.....	129
1 A reestatização ao redor do mundo.....	131
1.1 Conceituação.....	131
1.2 As reestatizações realizadas.....	133
1.2.1 O caso de Berlim.....	134
1.2.2 Os casos de Paris e de Lyon.....	136
1.2.3 O caso de Buenos Aires.....	143
1.3 Os processos de reestatização em andamento.....	149
1.3.1 O caso de Jacarta.....	150
2 O atual cenário brasileiro.....	152
2.1 O caso de Ouro Preto.....	155
3 Tendências para o setor de saneamento básico no Brasil.....	157
3.1 Projetos de regionalização dos serviços em andamento.....	159
4 Considerações finais.....	163
Referências.....	164
A AGÊNCIA DAS AGÊNCIAS DE SANEAMENTO? O PAPEL INSTITUCIONAL DA ANA NO ARRANJO REGULATÓRIO APÓS A LEI N° 14.026/2020	
Regis Dudena.....	167
1 Introdução.....	167
2 Contexto teórico.....	171
3 Introdução das agências reguladoras no Brasil.....	173
4 Novo papel da ANA no arranjo regulatório após a Lei n° 14.026, de 2020.....	176
5 Considerações finais.....	183
Referências.....	185
O MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO E O REPASSE CONDICIONAL DE VERBAS FEDERAIS PARA ESTADOS-MEMBROS E MUNICÍPIOS: AINDA SE PODE FALAR EM FEDERALISMO COOPERATIVO?	
André Pinho Simões.....	191
1 Introdução.....	191

2	O modelo constitucional do federalismo brasileiro.....	194
2.1	O federalismo brasileiro: da concepção constitucional à deturpação política	198
3	O Marco Legal do Saneamento Básico e o repasse condicional de verbas da União para Estados-Membros e Municípios	201
4	Federalismo cooperativo e o repasse condicional de verbas: inconsistência, incompatibilidade e inconstitucionalidade.....	204
5	Conclusão.....	207
	Referências	209

A LEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS POR MEIO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Madson Alves de Oliveira Ferreira	213
1 Introdução.....	213
2 Serviços públicos: breves comentários sobre o conceito e a possibilidade de delegação.....	216
3 A cobrança pelos serviços de limpeza urbana: taxa e tarifas	222
4 Da legalidade de prestação direta por meio de contratos de serviços, com fulcro na Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos	225
5 Conclusão.....	230
Referências	230

PPPS DE SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL: DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES ATUAIS E ANÁLISE DE TENDÊNCIAS A PARTIR DO NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO

Izabela Passos Peixoto	233
1 Introdução.....	233
2 Referencial teórico	235
3 Metodologia.....	237
4 Da obrigatoriedade da licitação para concessão dos serviços públicos de saneamento básico.....	237
5 Por que utilizar Parcerias Público-Privadas?.....	238
6 Diagnóstico das parcerias público-privadas em saneamento	242
7 Conclusão.....	252
Referências	253

O PAPEL REGULATÓRIO DA OUTORGA ONEROSA NOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO. ESTUDO DE CASO DA CONCESSÃO DOS SAE PRESTADOS PELA CEDAE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Luciano Moratário	257
1 Introdução.....	257
2 Outorga onerosa nas licitações de saneamento básico.....	260
2.1 O saneamento básico como serviço público.....	260
2.2 O <i>Franchise Bidding Solution</i> (FBS).....	262
3 Contratação dos serviços de saneamento básico	264
4 Outorga onerosa em licitações: “tributação oculta” ou contrapartida?	266
5 Estudo do caso da outorga onerosa na concessão dos SAE no Rio de Janeiro	271
5.1 Cobrança pela outorga.....	271
5.2 Arranjo regulatório da outorga onerosa.....	274
6 Considerações finais.....	276
Referências	278
 SOBRE OS AUTORES.....	 285